

PROJETO DE LEI Nº DE 2012

(Da Sra. Janete Rocha Pietá)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, proibindo o registro de produtos que tenham em sua composição o aldicarbe, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 6º do art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar acrescido de uma alínea *g*, com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

§ 6º

.....

g) que tenham em sua composição o aldicarbe, ingrediente ativo pertencente ao grupo químico metilcarbamato de oxima. **(NR)”**

Art. 2º Ficam cancelados os registros vigentes, na data de publicação desta Lei, de agrotóxicos, seus componentes ou afins que tenham em sua composição o aldicarbe.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Um crime cotidiano apavora todos os que gostam de animais: o extermínio de cães e gatos por envenenamento. O delito é praticado com o uso de “chumbinho”, uma substância de venda teoricamente controlada, mas facilmente adquirida em lojas de produtos agropecuários em todo o País e, em algumas cidades, encontrado até mesmo em feiras livres e camelôs.

O “chumbinho” (aldicarbe) é um agrotóxico proibido em diversos países, mas seu uso é permitido no Brasil. É responsável, também, por grande número de mortes por intoxicação em humanos, que ocorrem de forma acidental, atingindo muitas crianças, e, intencionalmente, em 80% das tentativas de suicídio e na maioria dos casos de homicídio por envenenamento.

No Rio de Janeiro, o assunto é tratado como problema de saúde pública. Muitas das intoxicações ocorrem pela ingestão de alimentos contaminados. Um grama do veneno pode matar uma pessoa de até 60kg. Se inalado, o produto percorre a corrente sanguínea, podendo levar rapidamente à morte.

Toxicologistas alertam que o veneno não tem cheiro nem gosto, mas lesa o sistema nervoso central, causando transtorno neurológico, parada cardíaca e paralisia dos pulmões. Quem o ingere fica inerte, tem convulsões e pode morrer por asfixia. Em cães e gatos o efeito é semelhante, atingindo principalmente pulmões, fígado e rins. O sofrimento é atroz.

O nome popular “chumbinho” se deve à sua forma de apresentação, em pequenos grãos de cor cinza-chumbo. Comercializado com o nome de Temik 150, é produzido pela transnacional Bayer. Sua venda é autorizada em estabelecimentos credenciados, mediante a apresentação da receita emitida por engenheiro agrônomo e apenas em sacos de 20kg. Pode ser empregado nas culturas de algodão, batata, café, cana-de-açúcar,

frutas cítricas, feijão e banana. A substância pode contaminar o solo e o lençol freático.

Ao arrepio da lei, o produto é vendido quase livremente em lojas agropecuárias não autorizadas, sem a apresentação de receita, de forma fracionada e sem rotulagem, para uso como raticida e para extermínio de animais domésticos, especialmente de cães e gatos. Não é difícil obter pequenos pacotes com cerca de 20 gramas do poderoso veneno, junto a comerciantes que driblam a frágil fiscalização.

As intoxicações e mortes ocorrem há décadas e o IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor, de São Paulo, desde 2003 vem pedindo providências à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Porém, a venda e o uso indiscriminado continuam fazendo inúmeras vítimas.

Segundo ambientalistas, é difícil flagrar os envenenadores de cães e gatos, quase sempre moradores ou comerciantes da região. Agem alegando o “incômodo” causado pelo cães ou para evitar ataques de gatos a pássaros engaiolados, animais da fauna silvestre, muitas vezes mantidos de forma ilegal.

Por se tratar de gravíssimo problema, ainda sem solução, julgamos necessário proibir a venda de aldicarbe. Poder-se-iam arguir possíveis prejuízos à agricultura brasileira advindos da proibição. Entretanto, existem outros inseticidas, acaricidas e nematicidas que poderão ser utilizados como substitutos na agricultura, não trazendo tantos efeitos nocivos ao meio ambiente e à população.

Cumpramos observar que, ao apresentarmos este projeto de lei, reeditamos proposição que tramitou nesta Casa anos atrás (PL nº 7.586, de 2006), atribuindo o devido crédito a seu autor, o então deputado Fernando Coruja. Acreditamos que, com o agravamento dos problemas decorrentes da comercialização do aldicarbe e a maior consciência ambiental e relativa à saúde pública dos deputados da atual legislatura, desta feita a Casa delibere de forma favorável ao projeto.

Gostaríamos, assim, de contar com a colaboração de nossos nobres Pares no sentido do aperfeiçoamento e aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em 01 de novembro de 2012.

JANETE ROCHA PIETÁ

Deputada Federal - PT/SP